acusação, e pelo acusado que a produzir, quando se trate de testemunha de defesa.

Art. 6.º O pessoal d'este tribunal terá vencimentos idênticos aos que têm os funcionários da sua categoria, dos tribunais militares territoriais, e será pago pelo Ministério da Guerra, ficando o Governo autorizado a abrir os créditos indispensáveis para a execução desta lei.

Art. 7.º Para a instrução e julgamento dos processos de que trata esta lei não haverá férias e são válidos os actos praticados de noite e em dias feriados.

Art. 8.º Esta lei entra imediatamente em vigor.

Art. 9.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros da Guerra e da Marinha a façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 24 de Julho de 1922.—ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — António Xavier Correia Barreto — Vítor Hugo de Azevedo Coutinho.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

1.ª Repartição

Por ordem superior se faz público que, segunde comunicação da Legação Suíça, de 15 do corrente, o Governo da Polónia aderiu em nome da cidade livre de Dantzig à Convenção de Berna, revista em 13 de Novembro de 1908, relativa à protecção internacional das obras literárias e artísticas e ao Protocolo adicional de 20 de Março de 1914.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, 19 de Julho de 1922.—O Director Geral, *A. de Oliveira Soares*.